

ESPAÇO E INDÚSTRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO*

*Silvana Maria Pintaudi**
Ana Fani Alessandri Carlos****

INTRODUÇÃO

Quanto mais se estuda o processo de industrialização e sua materialização nos diferentes espaços, mais se compreende que, além de muito complexo, este é um processo que se concretiza de diferentes formas. O espaço é produto e condição da sociedade e, portanto, cada uma dá origem a um espaço particular. No Brasil, um País com mais de 8,5 milhões de km², a industrialização se materializa com matizes muito diferentes, dependendo da porção territorial que se esteja observando, o que significa dizer que o espaço por ela criado no Estado de São Paulo é específico. Por outra parte, a industrialização no Brasil não pode ser compreendida, se este estado não fizer parte da análise, já que é o lugar de sua gênese. Finalmente, este trabalho também significa a busca de uma melhor compreensão do urbano e vice-versa, porque não seria compreensível a indústria

sem a cidade que, como centro de inovação, é motor de seu crescimento e desenvolvimento.

Em um rápido esboço, procuraremos mostrar as origens do processo de industrialização no Estado de São Paulo, bem como seu ritmo de desenvolvimento e transformações mais recentes, para refletirmos sobre o espaço produzido através dos processos de industrialização e urbanização e sobre a condição de existência de nossa sociedade.

A GÊNESE DO PROCESSO

Falar sobre a gênese da industrialização no Estado de São Paulo significa estar falando, quase ao mesmo tempo, da gênese da industrialização no Brasil. Isto porque, como veremos adiante, é no Sudeste brasileiro, e particularmente no Estado de São Paulo, que se apresentaram, no final do Século XIX, as circunstâncias que permitiram e garantiram o florescimento da indústria no País.

* Recebido para publicação em 20 de abril de 1995.

** Professora Assistente, Doutora do Departamento de Planejamento Regional do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - campus de Rio Claro (SP).

*** Professora Assistente, Doutora do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) - São Paulo (SP).

Entre as condições de surgimento da industrialização no Brasil apontadas por Martins (1973, p.70), estão a extinção do trabalho escravo (1988) e a imigração estrangeira para atender à demanda de mão-de-obra nas lavouras de café. O movimento migratório no Estado de São Paulo, nos últimos 15 anos do Século XIX, registrou a entrada de 919 505 pessoas, e que nos 15 anos anteriores ao fim da escravidão foram anotados apenas 33 923 migrantes (Martins, 1973, p.76).

Com isso, tivemos uma ampliação do mercado de consumo de cunho popular, que não podia ser abastecido por produtos importados, dado o custo elevado que significaria manter esta mão-de-obra. Está assim criada a oportunidade para o aparecimento da indústria paulista que, em fins do século passado, “não se propôs à substituição das importações, mas sim à *exploração das possibilidades* manufatureiras surgidas nas franjas da economia exportadora” (Martins, 1973, p.71 - grifo nosso).

A indústria vai se constituir num setor marginal até o momento em que passa a haver um desequilíbrio entre o valor que se produzia e o valor do que se necessitava importar para abastecer o mercado interno. A extensão da monocultura do café chegou ao limite de provocar a importação de produtos alimentícios manufaturados. Como a importação era matéria de competência federal (a burocracia federal controlava e era mantida por impostos cobrados sobre a importação) foi nesta esfera que as soluções para o problema do desequilíbrio das contas apareceram: estimulou-se a indústria a produzir para o mercado interno através da aplicação de um imposto sobre consumo anteriormente instituído e se estabeleceu um acordo com os ingleses, no final do Século XIX, que implicava acumulação de divisas em bancos da Inglaterra para saldar dívidas, o que na prática resultou em desestímulo à importação. A elite política de então, formada pelo setor agroexportador da economia, teve que passar a admitir a ajuda do setor industrial que nascia (Martins, 1973).

A indústria nascente vai concorrer com as grandes casas importadoras de bens de consumo de Santos (cidade portuária do Estado de São Paulo) e do Rio de Janeiro que, de certo modo, tinham um controle do mercado consumidor não só nas capitais (São Paulo e

Rio de Janeiro) como no interior dos respectivos estados. De acordo com Martins (1973, p. 104), “a industrialização foi uma questão mercantil, e o industrial, um mercador, já que era essa a racionalidade dominante e o meio possível de efetivar o industrialismo”. A dominância de interesses do setor agroexportador no âmbito do sistema será a “questão a ser solucionada como condição de sobrevivência e expansão do capitalismo industrial e reversão do domínio da dimensão comercial sobre a produtiva” (Martins, 1973, pp.109/110).

O fato é que a indústria brasileira, particularmente a do Estado de São Paulo, nasceu nos anos oitenta do Século XIX, alimentada pelo processo de acumulação propiciado pelo café. Este produto foi também responsável por transformações no setor de comunicações e transportes que serão decisivos também para a implantação de indústrias no estado. É o caso da instalação do cabo submarino de telégrafo entre o Brasil e a Europa em 1874, o que propiciou maior rapidez na realização de negócios internacionais. É também o caso das ferrovias, construídas com capitais públicos e privados nacionais e ingleses e que a partir de meados do Século XIX foram a condição de surgimento de inúmeras vilas e cidades que, posteriormente, viriam a integrar o processo de industrialização do estado. Segundo Reis Filho (1968), entre 1500 e 1720 tinham sido fundadas algumas vilas e cidades no Estado de São Paulo (ver Quadro 1).

Grande parte das cidades situa-se no litoral do estado; as mais distantes situam-se no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, e a maior distância no sentido do interior do Estado de São Paulo é de 106 km, para atingir a cidade de Itu. Depois de 1750, mais precisamente entre 1751 e 1800, são fundadas 12 sedes (antigas vilas ou cidades) dos atuais municípios que compõem o estado; entre 1801 e 1850, fundam-se mais 21, e é entre 1851 a 1899 que presenciamos o primeiro surto de criação de municípios, quando surgem 109 sedes. É pois, a partir de meados do Século XIX, principalmente a partir da instalação de linhas ferroviárias (Figura 1), que o cenário paulista sofre mudanças e se prepara para receber a implantação de aproximadamente 400 sedes municipais na primeira metade do Século XX (em 1990 eram 582 as sedes municipais do Estado de São Paulo).

QUADRO 1
VILAS E CIDADES FUNDADAS - SÃO PAULO - 1532/1750

SÉCULO	VILAS E CIDADES	ANO DE REFERÊNCIA	DISTÂNCIA ENTRE A VILA DE SÃO PAULO E AS DEMAIS VILAS E CIDADES DO ESTADO DE SÃO PAULO
XVI	São Vicente	1532	
	São Paulo (1)	1554	
	Itanhaém	1561	
	Santos	1545	
	Iguapé	1577	
	Cananéia	1587	
XVII	Moji das Cruzes	1611	63
	Santana do Parnaíba	1625	44
	São Sebastião	1636	
	Ubatuba	1637	
	Taubaté	1645	134
	Jacareí	1653	77
	Jundiá	1655	63
	Guaratinguetá	1651	178
	Itu	1657	106
Sorocaba	1661	87	
XVIII	Pindamonhangaba	1705	151
	São Paulo (2)	1711	

FONTE - Reis Filho (1968, pp.85/88).

(1) Vila. (2) Cidade.

A presença de cidades e vilas, contudo, não é condição de predominância da vida urbana. A urbanização da população é um processo recente não só no Estado de São Paulo, mas em todo o Brasil, e se fez de maneira muito acelerada, como se depreende dos números da Tabela 1. A tabela indica também que esta urbanização se deu de forma diferenciada no espaço brasileiro, acontecendo primeiramente na Região Sudeste, que compreende os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Além disso, ele mostra que a população brasileira passa a

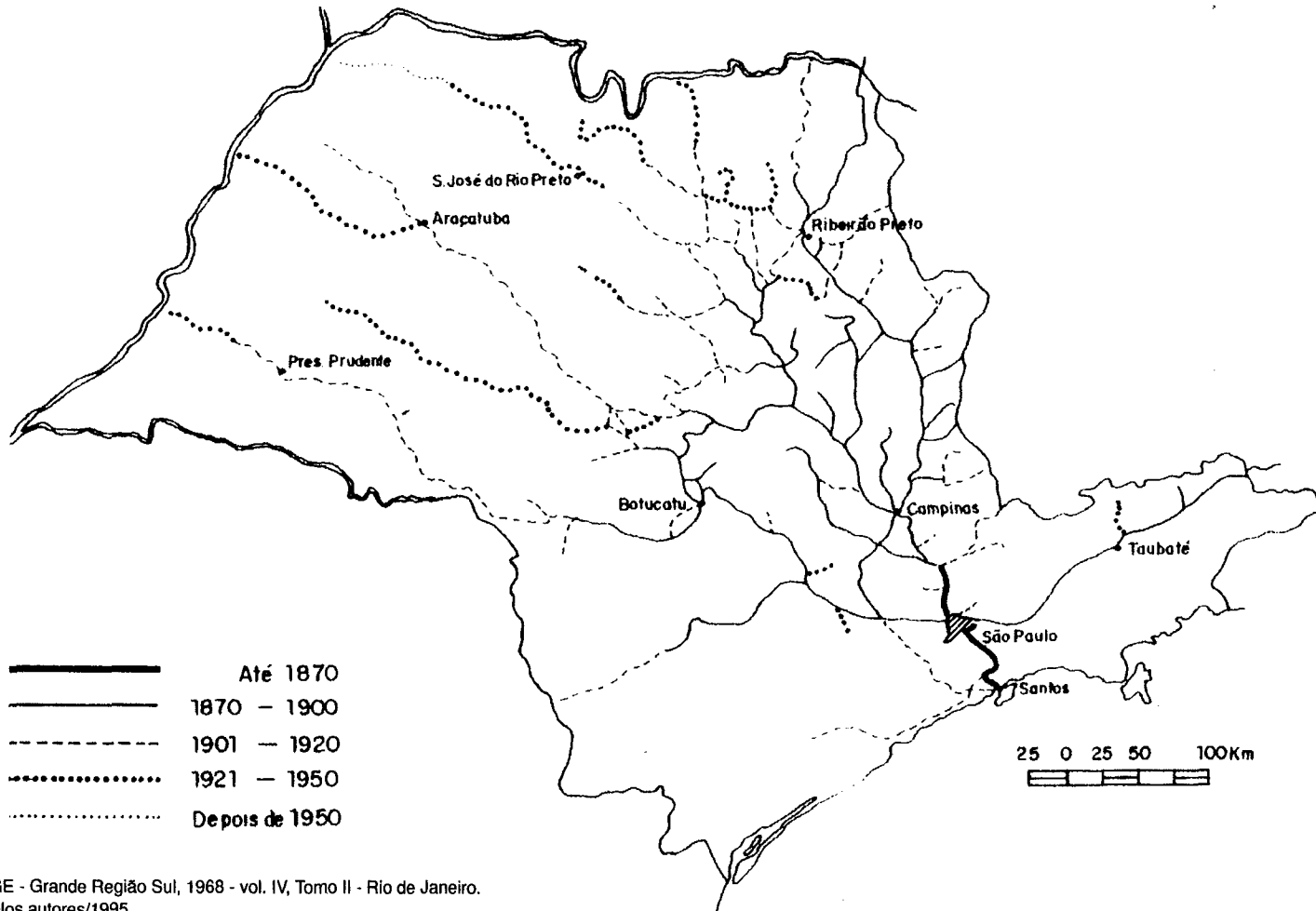
habitar mais na cidade a partir dos anos sessenta no Sudeste e apenas nos anos oitenta é que as demais regiões do País apresentarão a mesma característica. O Censo de 1991 revela que 75,46% da população brasileira vivia em cidades. Tudo isto nos permite inferir que a economia brasileira se tenha tornado mais urbana depois dos anos sessenta e que nos anos setenta e oitenta esta característica tenha se acentuado e generalizado no País. Tal hipótese se confirma, como veremos no item seguinte.

TABELA 1
PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO URBANA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES - BRASIL - 1940/1991

GRANDES REGIÕES	POPULAÇÃO URBANA (%)					
	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Norte	28	31	38	45	52	58
Nordeste	23	26	34	42	50	61
Sudeste	39	47	57	73	83	88
Sul	28	29	37	44	62	74
Centro-Oeste	21	24	35	48	67	81

FONTES - Retrato do Brasil, 1985, vol.3, p.218 e IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1993.

FIGURA 1
EVOLUÇÃO DAS FERROVIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO



FONTE - FIBGE - Grande Região Sul, 1968 - vol. IV, Tomo II - Rio de Janeiro.
Organizado pelos autores/1995.
Desenho: A. Rosalem/UNESP.

No que respeita especificamente ao Estado de São Paulo, a Tabela 2 é indicativa do crescimento do número e das dimensões das cidades entre as décadas de 40 e 80.

TABELA 2
NÚMERO DE CIDADES, SEGUNDO AS CATEGORIAS DIMENSIONAIS SÃO PAULO - 1940/1980

CATEGORIAS DIMENSIONAIS	NÚMERO DE CIDADES		
	1940	1950	1960
TOTAL	270	369	503
Até 5 000 habitantes	185	254	332
De 5 001 a 10 000 habitantes	45	59	68
De 10 001 a 20 000 habitantes	24	28	56
De 20 001 a 50 000 habitantes	12	20	25
De 50 001 a 100 000 habitantes	2	6	15
De 100 001 a 1 000 000 habitantes	1	1	6
Mais de 1 000 000 habitantes	1	1	1

CATEGORIAS DIMENSIONAIS	NÚMERO DE CIDADES	
	1970	1980
TOTAL	571	571
Até 5 000 habitantes	333	271
De 5 001 a 10 000 habitantes	89	95
De 10 001 a 20 000 habitantes	61	75
De 20 001 a 50 000 habitantes	56	72
De 50 001 a 100 000 habitantes	14	28
De 100 001 a 1 000 000 habitantes	17	29
Mais de 1 000 000 habitantes	1	1

FONTE - Atlas da População do Estado de São Paulo, 1991.

São Paulo foi o berço da industrialização no Brasil e, paralelamente a este processo, se dá o de urbanização. Isto confere especificidade ao nosso espaço urbano. Por volta de 1860, quando os cafezais começaram a se expandir para o oeste do estado, a capital paulista tinha uma população de 27 900 pessoas, das quais 15 200 habitavam a zona rural; em 1886, quando se implantaram as primeiras indústrias, eram 47 697 pessoas das quais 8 700 residiam na zona rural. No caso do Estado de São Paulo, a cidade não precedeu a indústria, mas forjou-se junto com ela.

AS CARACTERÍSTICAS E O RITMO DO PROCESSO

O processo de industrialização no Estado de São Paulo, ao longo de seus 114 anos, se materializou de diferentes formas e a ritmos diversos. Diante disso, a seguir apresentaremos estas diferenças segundo cada um dos períodos de desenvolvimento do processo em tela.

Os Primeiros 50 Anos (1880 a 1930)

Ainda que não se possa falar em um processo de industrialização desde a implantação das primeiras indústrias, já que o setor industrial se achava sob a égide do capital mercantil e, especialmente, os estabelecimentos se apresentavam concentrados em alguns pontos dos territórios paulista (SP) e fluminense (RJ), alguns dados estatísticos a Tabela 3 nos permitem ter uma idéia da dimensão inicial do fenômeno através do número de estabelecimentos, bem como do tipo de indústrias que foram implantadas em São Paulo.

TABELA 3
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, SEGUNDO O PERÍODO DE FUNDAÇÃO SÃO PAULO - 1850/1919

PERÍODO DE FUNDAÇÃO	ESTABELECIMENTOS
De 1850 a 1854	2
De 1855 a 1859	-
De 1860 a 1864	1
De 1865 a 1869	2
De 1870 a 1874	7
De 1875 a 1879	4
De 1880 a 1884	23
De 1885 a 1889	55
De 1890 a 1894	138
De 1895 a 1899	161
De 1900 a 1904	334
De 1905 a 1909	414
De 1910 a 1914	1 038
De 1915 a 1919	1 867
Sem declaração	99

FONTE - A Cidade de São Paulo, vol.III, 1958, p.35.

Conforme se pode observar, é a partir da década de 1880 que se inicia o crescimento constante do número de estabelecimentos industriais. Em 1912, era o Estado de São Paulo que tinha o maior número de estabelecimentos fabris que pagavam imposto de consumo; dos 9 475 estabelecimentos em atividade no Brasil, 3 321 se localizavam em São Paulo; 1 199 no Rio Grande do Sul; 732, em Minas Gerais; 642, no Distrito Federal; 587, no Rio de Janeiro, e os demais distribuídos em outros estados (A Cidade de São Paulo, 1958, p. 31).

No que concerne aos tipos de indústrias em funcionamento, os censos apontam o seguinte:

TABELA 4

**NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
INDUSTRIAIS, SEGUNDO OS TIPOS DE
INDÚSTRIAS - SÃO PAULO - 1920/1950**

TIPOS DE INDÚSTRIAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (1)		
	1920	1940	1950
TOTAL GERAL	13 336	49 418	89 086
TOTAL	4 145	14 225	24 519
Têxtil	247	998	1 522
Alimentação	1 267	4 499	7 876
Metalúrgica e mecânica	142	773	1 150
Química e Farmacêutica	265	510	772
Materiais de transporte	(2)...	124	207
Vestuário e toucador	(2)...	1 122	1 586
Cerâmicas, vidros e cristais	(2)...	1 581	3 498
Construção civil	55	412	952
Papel e papelão	(2)...	93	188
Borracha	(2)...	33	54
Outras	271	4 080	6 714

FONTES - A Cidade de São Paulo, 1958, pp. 34, 36 e 42.
(1) Censos. (2) Dados que não podem ser comparados.

Apesar das dificuldades de comparação com alguns tipos de indústrias coletadas pelo Censo de 1920, podemos dizer que, em geral, os números atestam um crescimento muito

rápido de todos os tipos de indústrias implantadas no decurso da primeira metade do Século XX. As indústrias têxteis e de alimentação são de longe as primeiras não só em número, mas também em valor da produção, o que, de certo modo, dá o perfil da nossa indústria até aquele momento.

Dos Anos 30 aos Anos 50

A partir da década de 30, a industrialização entra em nova fase, que se identifica pela formação de um mercado nacional. Além disso, concordamos com Cano (Atlas, 1990, p.51), quando afirma que:

“O período de 1929-1933 (da crise e recuperação) representa a passagem do centro dinâmico da economia do primário exportador - em que a exportação é variável determinante da renda e do emprego - para a industrialização - em que o investimento autônomo é que cumpre aquela função. Nas décadas de 30 e 40 a indústria nacional de bens de consumo não duráveis se consolida e ocorre considerável avanço na produção de insumos básicos. Cria-se ainda uma incipiente produção de bens de capital.

A industrialização até 1955 era, porém, restrita. Isso devido a sua incipiente base técnica e alta dependência da importação de bens de produção e, por conseguinte, das escassas divisas ainda geradas pelo setor primário exportador. O avanço industrial precipitou pressões e condições para a implantação da indústria pesada, que se realizou entre 1956 e 1960, maiormente concentrada em São Paulo”.

Esta transformação da economia brasileira, tendo a indústria como motor, torna-se nítida quando observamos os dados das Contas Nacionais que fazem parte da Tabela 5.

Por outra parte, em 1950, os dados do censo indicavam que o setor alimentício havia contribuído com 22,8%, e o setor têxtil, com 21,4% do valor total da produção no Estado de São Paulo; portanto, quase a metade do valor produzido (44,2%) era proveniente dos bens de consumo não-duráveis. Apesar disso, já se podia identificar uma diversificação da indústria quanto aos seus setores para atender à demanda crescente de bens de consumo e de infra-estrutura por parte das indústrias já implantadas.

TABELA 5
ESTRUTURA PERCENTUAL DA RENDA INTERNA, SEGUNDO OS
SETORES ECONÔMICOS - 1939/1978

SETORES ECONÔMICOS	ESTRUTURA DA RENDA INTERNA (%)						
	1939	1949	1959	1965	1970	1975 (1)	1978 (1)
Agropecuária	28,5	24,9	19,2	15,9	10,2	10,5	11,2
Indústria	18,8	26,0	32,6	32,5	36,3	39,4	37,1
Serviços	52,6	49,1	48,2	51,6	53,6	50,1	51,7

FONTES - 1939, Oliveira & Reischstul - 1977 e demais de indicadores sociais, IBGE, tabelas selecionadas - 1979, Apud Godenstein & Seabra - 1982.

(1) Dados estimados.

Destacamos ainda que espacialmente as indústrias se apresentavam concentradas na Região Metropolitana de São Paulo. Esta concentração espacial foi o resultado de uma concentração anterior da produção nesta porção do Território Nacional e, dado o fato de que a cidade de São Paulo (bem como a do Rio de Janeiro) já apresentava um certo grau de desenvolvimento urbano, tornava-se mais vantajosa a implantação de indústrias junto a ela.

A ação governamental foi decisiva ao fazer com que os cofres públicos arcassem com a implantação de indústrias básicas, como a siderúrgica e a de refino de petróleo, além de incentivar com subsídios as indústrias de iniciativa privada, garantindo as relações entre empregadores e empregados com uma legislação trabalhista que favoreceu a exploração da mão-de-obra. As medidas governamentais tomadas na década de 30 permitiram que houvesse ampliação e diversificação da estrutura industrial que fizeram com que o Brasil conseguisse completar o processo de substituição de produtos importados. Além disso, a política de industrialização, principalmente depois de 1945, favoreceu a entrada de capitais estrangeiros e a implantação de indústrias estrangeiras, como é o caso do setor automobilístico que desempenhou importante papel no processo de industrialização, marcou o caráter do nosso crescimento econômico e contribuiu ainda mais para a concentração financeira e a territorial das indústrias no Sudeste do País. A partir dele há uma nova estruturação das cidades, o que significa dizer que se reestrutura uma nova rede urbana determinada pelo traçado da rede rodoviária.

O resultado foi que as indústrias localizadas no SE do País passaram a competir com as

das demais regiões e, dadas as vantagens comparativas elas acabaram vencendo a concorrência e favorecendo a concentração cada vez maior de indústrias na região e, particularmente, no Estado de São Paulo.

Os Anos 60 e 70

Estas duas décadas foram marcadas por uma expansão da economia, orientada por uma política econômica, cuja sustentação foi garantida por militares que governaram o País entre 1964 e 1985. De acordo com Jaguaribe et al. (1989, p. 54):

“Com propriedade pode-se qualificar o estilo de crescimento adotado como excludente e concentrador. Excludente, por deixar à margem dos benefícios diretos do desenvolvimento largas parcelas da população, quando muito aproveitando-se dos sobejos do núcleo modernizante e permanecendo em situação de pobreza ou mesmo da mais estrita miséria. Concentrador, por apenas alguns aproveitarem, justamente aqueles que conseguiram se integrar ao setor moderno da economia”.

Tal situação, contudo, veio responder a uma nova fase da economia capitalista mundial que, depois de terminada a Segunda Grande Guerra, passou por um novo surto de internacionalização. Santos (1987, p. 103), analisando o golpe militar de 1964, lembra que este foi, principalmente, uma resposta “aos imperativos da participação do Brasil no bloco atlântico da economia mundial” e acrescenta que a integração do País na Aliança Atlântica era indispensável para a evolução da mesma. A ditadura militar veio impor o consenso na sociedade para poder organizar as condições gerais de produção em todo o Território Na-

cional. Representando a burguesia financeira, comercial e industrial, o governo militar buscou resolver as divergências entre as diferentes frações do capital para a manutenção da taxa de lucro, e o fez através do rebaixamento no preço da força de trabalho e de grandes investimentos na produção pela criação estratégica de empresas estatais que deram sustentação ao funcionamento da economia.

Neste período, houve um reforço na concentração das indústrias do Estado de São Paulo, ao menos até o início dos anos 70. Segundo Goldenstein e Seabra (1982, p. 35), "em 1970 o Sudeste detinha 80,3% do valor da transformação industrial do País e 70,1% do emprego, e São Paulo, 57,2% e 48,3%, respectivamente". Para estes autores, o Plano de Metas (1956-1960), que foi o marco da implantação do planejamento global no País e que estava direcionado para o desenvolvimento da indústria,

"teve como consequência a aceleração da concentração da atividade econômica, sobretudo em São Paulo.

Essa região (central), que recebeu de início todo o impacto da implantação industrial característica dessa nova fase, teria como resultado uma transformação quantitativa e qualitativa de sua estrutura produtiva industrial. Essa estrutura passou a ser cada vez mais dominada por ramos ligados à produção de bens de consumo duráveis: indústria automobilística, eletrodomésticos, etc.; por bens de capital e bens intermediários: mecânica, material elétrico e eletrônica; química pesada, destacando-se a petroquímica; indústria naval, esta última concentrada no Rio de Janeiro; expansão da siderurgia em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, constituindo-se neste último estado um complexo siderúrgico-mecânico".

Nestes 20 anos São Paulo amplia sobremaneira o seu domínio do mercado nacional e, de certa forma, capitais ali acumulados acabaram migrando e reforçando os fluxos entre São Paulo e outros Estados da Federação, bem como entre São Paulo (a metrópole) e o interior do estado. A desconcentração da indústria se processa particularmente a partir dos anos 70, porém se tornou mais intensa e visível nos anos 80.

No tocante ao interior do estado, este vê a sua estrutura produtiva sofrer profunda al-

teração, o que em outras palavras significa dizer que de produtor de bens não-duráveis passou a produtor de bens duráveis. Por outro lado, a Região Metropolitana de São Paulo, que em 1959 detinha 73,8% do valor de transformação industrial do estado e chegou a 74,3% em 1970, vê este percentual decrescer, já que o interior do estado eleva sua participação para 35,4 % em 1980 e para 40,0% em 1987. Os custos de aglomeração, aliados a problemas de ordem ambiental e deterioração das condições de vida provocados pela concentração da indústria, levaram o governo do estado a se preocupar em implementar políticas de descentralização industrial (Negri, p.12). Neste sentido foram feitos estudos a partir do final da década de 60, que foram sendo ampliados e aprofundados em governos subseqüentes. Se a característica do setor industrial do interior do estado foi a de ser complemento ao da metrópole, expandindo setores de bens não-duráveis (indústrias alimentícias e têxteis), isto ocorreu até a década de 60. Depois disso, ou seja, no decurso dos anos 70 as transformações foram no sentido da modernização do setor industrial, que contaram com alguns fatores que Negri resume como segue:

"Com a implantação da indústria pesada, aquele grau de complementaridade foi aprofundado: o desenvolvimento da agricultura exigiu modernização em segmentos agroindustriais e do setor de bens de produção necessários àquela expansão.

A extraordinária expansão industrial dos anos 70 modifica a estrutura industrial do interior, que passou a contar também com a presença marcante da instalação de um grande número de indústrias de portes médio e grande, pertencentes ao segmento de maior complexidade industrial, como o metal-mecânica, petroquímico e eletrônica.

A presença do Estado nessa descentralização (sic) foi marcante. De um lado os efeitos de estímulo e de encadeamento técnico gerados pela instalação de duas grandes refinarias de petróleo, pela Petrobrás, em Paulínia e São José dos Campos; acrescenta-se ainda a consolidação do principal pólo petroquímico do País, em Cubatão, com presença da Petrobrás e também pela expansão da COSIPA no setor siderúrgico. Essa presença foi também crescente, em decorrência da política econômica do governo federal, instituindo o Proálcool em meados dos anos 70,

gerando grandes efeitos de encadeamento com a indústria de bens de capital, que se consolidou próximo da maior concentração alcooleira de São Paulo - regiões de Ribeirão Preto e Campinas.

Ainda lembramos a implantação dos ramos de informática, microeletrônica e de telecomunicações na Região de Campinas, basicamente por estatais federais e institutos de pesquisa e, também, pela influência da pesquisa da UNICAMP. Por último, formou no Vale do Paraíba complexo aeronáutico para fins civis e militares e industriais de material bélico”.

Além destes fatores e de grandes investimentos em rodovias e estradas vicinais, foram implementadas políticas municipais de incentivo à instalação de indústrias e à construção de Distritos Industriais, o que fez com que na década de 80 a participação do valor adicionado da indústria se distribuisse melhor entre a metrópole e o interior, 52,8% e 47,2%, respectivamente, no ano de 1985. O que ocorreu no período em tela não foi a transferência (descentralização) de indústrias da metrópole para o interior, mas a procura do interior do estado para a instalação de novas indústrias (Pintaudi, 1989, p. 132).

Os Anos 80

Como já assinalamos, o processo brasileiro de industrialização dá-se de forma concentrada na Região Sudeste do País, e dentro dessa área o Estado de São Paulo aparece como o mais rico da Federação. Aqui é preciso destacar o papel da metrópole de São Paulo, que é o pólo econômico mais importante e dinâmico do País. Todavia, assistimos desde o final dos anos 70 a uma tendência à desconcentração da indústria em São Paulo, que se consolida nos anos 80 através, principalmente, do fenômeno de dispersão espacial da indústria para o interior do Estado de São Paulo a partir da metrópole paulista e do Estado de São Paulo para estados limítrofes. Isto porque se constatam, hoje, grandes transformações no processo produtivo em função do desenvolvimento de novas tecnologias que produzem, incessantemente, transformações na organização do trabalho e da produção, fato este que produz uma nova articulação espacial.

Nesse contexto, assiste-se em São Paulo ao mesmo fenômeno que presenciamos no mundo todo: antigas regiões industriais per-

dem e/ou diminuem sua importância em detrimento de outros lugares, criando uma nova distribuição dos estabelecimentos industriais porque o capital migra constantemente em busca de melhores condições de acumulação, o que se traduz na busca de novas vantagens locais.

Em 1980 a metrópole concentrava 55,4% de todos os estabelecimentos industriais do Estado de São Paulo; em 1990 esse número cai para 49,35.

A Região Metropolitana de São Paulo concentrava em 1980 64,7% das indústrias do Estado de São Paulo. Esse número cai para 60% em 1987. Pela primeira vez na história do processo brasileiro de industrialização, a metrópole cresce menos do que o interior do estado. Por outro lado, mesmo crescendo, esse ritmo vem diminuindo. O Estado de São Paulo produzia em 1970, em relação ao Brasil, 58% do valor de transformação industrial contra 51,9% em 1985.

Na metrópole paulista assistimos à diminuição do número de estabelecimentos industriais que deixam o centro para localizar-se em áreas com apoio de infra-estrutura e terrenos amplos e vazios a preços inferiores àqueles encontrados na metrópole (onde os mesmos rareiam). Estes também são atraídos pelos incentivos fiscais, mas se localizam próximos dos eixos de circulação que se dirigem à metrópole e ao porto.

No período 1980/1985, a metrópole teve um percentual de decréscimo de 5,35% no que se refere aos estabelecimentos industriais (passando de 41 486 para 31 501), de 2,30% no que se refere ao número de pessoas ocupadas (passando de 1 761 802 para 1 567 978) e uma diminuição no valor de transformação industrial, que diminuiu em 1,94% no período. Comparando-se a participação da metrópole no conjunto do Território Nacional, temos que em 1985 a metrópole abrigava 15,2% dos estabelecimentos industriais contra 18,3% em 1980; 28% dos operários ocupados na indústria contra 30,8% em 1980 e gerava 26,8% do valor de transformação industrial contra 33,1% de 1980. Percebe-se, todavia, que o valor da transformação gerado na metrópole apresenta um ritmo de queda inferior aos demais indicadores, o que aponta para uma mudança do caráter do processo industrial.

A Região Metropolitana de São Paulo apresenta uma sensível queda das indústrias de

bens de consumo (com aumento apenas na editorial e gráfica) , aumento da química, produção de material plástico , mecânica e material de transporte (no período 1970/1990); são as indústrias mais modernas e, de forma geral, com alto conteúdo tecnológico. Muda o comportamento dos gêneros industriais que se desenvolvem com a indústria da informática.

A tendência da localização industrial é seguida pela inversão dos destinos das correntes migratórias que antes de 1980, se dirigiam preferencialmente para a metrópole e agora se voltam para o interior do Estado de São Paulo em maior número do que para a capital. O ano de 1991 apresenta, por exemplo, dados negativos de entrada de imigrantes na metrópole (o saldo migratório cai de 3 083 171 em 1980 para 586 664 em 1991), conseqüência do crescimento negativo do emprego. Enquanto a oferta de emprego crescia 9,8% em todo o estado entre os anos 1980-1988, o interior concentrou 14,2% do emprego e a região metropolitana, 7,4% (segundo dados do Ministério do Trabalho).

Assiste-se, assim, a uma nova tendência da redistribuição do emprego que pode ser vista através da direção que toma o movimento migratório. As taxas anuais de crescimento para a metrópole de São Paulo atestam essa tendência do deslocamento das correntes migratórias, pois, enquanto no período 60/70 a taxa era de 3,20%, aumentando para 3,49 na década de 70, caiu para 2,12% na década de 80.

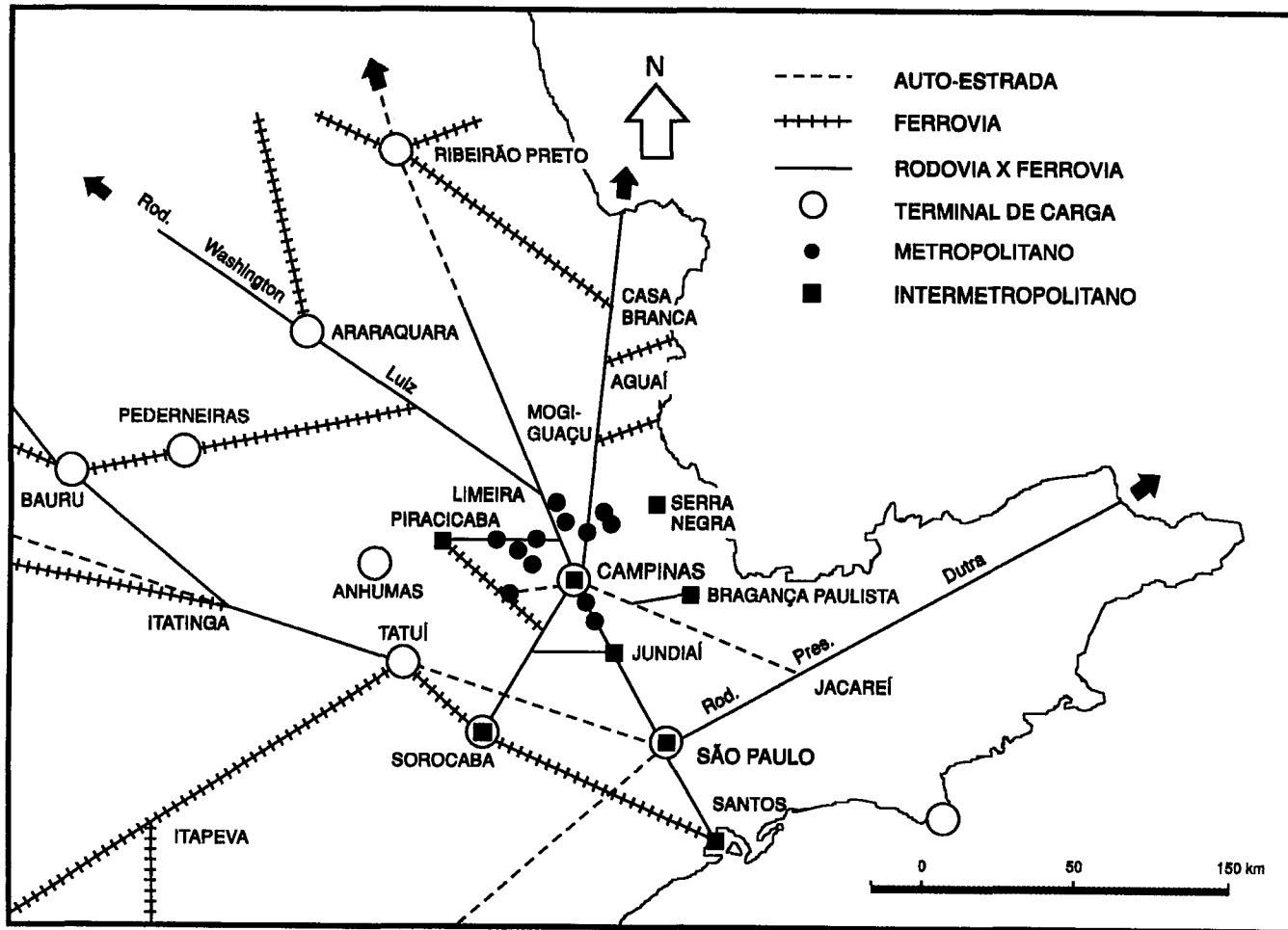
Convém ter em mente o fato de que o Estado , através do governo de São Paulo, durante as décadas de 70 e 80 tomou medidas concretas, visando à desconcentração da atividade econômica na Região Metropolitana de São Paulo através de vários convênios. Com isso, interferiu de modo claro e objetivo no processo de reprodução de espaço paulista através da constituição de um sistema viário que acabou indicando o sentido da nova localização das atividades econômicas, principalmente no que diz respeito à indústria, promovendo a construção e o adensamento da rede urbana, injetando recursos nos programas sociais, distribuindo recursos para as prefeituras levarem a cabo seus próprios programas de desenvolvimento econômico. Desta forma, o estado acabou apontando áreas preferenciais e prioritárias para o recebimento de novos empreendimentos industriais por estarem no caminho dos principais eixos

de penetração rodoviário para o interior e retirando incentivos fiscais da Região Metropolitana de São Paulo (principalmente da metrópole e das cidades que formam o ABC paulista - Santo André, São Bernardo e São Caetano), onde estão principalmente, as indústrias automobilísticas e de autopeças.

É preciso lembrar que é da metrópole que saem as principais estradas que marcam e direcionam a expansão da indústria rumo ao interior - pois a estrutura da malha viária é radial, tendo o pólo na metrópole. A interiorização da indústria em São Paulo, como pode ser visto na Figura 2, mostra que os estabelecimentos industriais se expandem em direção ao oeste, acompanhando o traçado das vias Anhangüera e Washington Luis. Nessa área o emprego industrial apresentou um forte crescimento. Podemos citar, para efeito de ilustração, que no período 1985/1989 se constata um aumento de 30% do emprego industrial em Rio Claro, 27,6% em Americana, 26,5% em Jaú, 24,2% em São José dos Campos, 21,4% em São João da Boa Vista, 17% em Campinas 16,6% em Botucatu.

O fenômeno da desconcentração dos estabelecimentos industriais, acompanhado pelo fluxo migratório, tem sido chamado de reversão da polarização da metrópole, uma tendência que tem sido constatada no mundo, mas que, na realidade, no caso brasileiro tem que ser vista com reservas. Isto porque o que ocorre é o fato de que o setor produtivo da indústria pode se separar espacialmente da área urbana da metrópole sem que o poder de decisão migre com ele, o que nos leva a considerar que as articulações espaciais fundamentadas na divisão espacial do trabalho transcendem os limites administrativos da aglomeração metropolitana, ampliando-se para outras regiões através da constituição de uma rede de comunicação e informação. No caso de São Paulo, configuram-se com o deslocamento dos estabelecimentos industriais, o que se convencionou chamar de macrometrópole ou "complexo metropolitano expandido" pois se cria ao longo de cerca de 150 a 200 km do centro metropolitano um complexo que forma o pólo direcional produtivo e de pesquisa/tecnologia mais destacado do conjunto do País - enquanto configuração espacial decorrente do processo de descentralização da atividade industrial da metrópole e da realocação das atividades fora dos limites da região metropolitana (Figura 3).

FIGURA 2
O ESTADO DE SÃO PAULO: A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA PARA O INTERIOR - 1990



FONTE - F. SEADE, 1990 Org.: Pelas Autoras - 1995.

FIGURA 3
O ESTADO DE SÃO PAULO - 1990



FONTE - Secretaria da Indústria e Comércio. In: A Interiorização da Indústria no Estado de São Paulo - 1995.

Desenvolvemos a tese segundo a qual o processo de desconcentração das indústrias a partir da metrópole não ocorreu concomitantemente ao de descentralização do capital, do poder e das decisões. Mesmo porque em muitos casos os estabelecimentos industriais migram em busca de menores custos fixos em função do congestionamento da metrópole e dos altos custos da terra urbana, o que implica a mudança de setores de produção que ocupam maior área para a periferia da mancha urbana e/ou eixos de expansão a partir da capital.

O que significa que o processo de reprodução espacial não se reduz às delimitações administrativas do espaço geográfico; tem este uma fluidez e uma articulação que não se explicam por limites convencionais, pois se realizam no plano do lugar que também não se define meramente como um ponto no mapa, mas ele se elucida também através de relações materiais e imateriais, o que impõe um cuidado na análise dos dados coletados com a preocupação do entendimento da espacialização do fenômeno.

Os números demonstram que 77% das empresas que se instalaram no Estado de São Paulo o fizeram num raio de 50 km da capital, enquanto somente 9% se instalaram a mais de 150 km. "As empresas que se instalam a grandes distâncias do centro metropolitano, como as que se instalam fora do Estado de São Paulo, o fazem mais em função de incentivos fiscais e creditícios, ou seja, são movidas mais por vantagens conjunturais do que por razões locacionais (...) as empresas continuam em sua maioria com vínculos estreitos na Grande São Paulo, mantendo seus centros decisórios e parte da produção na região. O que se tem é um espraiamento da produção, mantendo-se a polaridade da Grande São Paulo." (Emplasa, 1994, p. 40). Por outro lado, é na metrópole que estão as bases da gestão.

Azzoni (1986), em pesquisa realizada sobre a instalação de novas unidades industriais produtivas no Estado de São Paulo no período 1977/1979, corrobora as idéias expostas. Os dados mostram que, longe de prenciar uma independência do setor industrial com relação à atração exercida pela área central, a dinâmica industrial da região externa à área metropolitana paulista guarda uma estreita relação com a capital. Para o autor, a simples tendência numérica da localização industrial

fora da metrópole não é suficiente para configurar a reversão da polarização, pois o que se vê é que há um espraiamento da produção na área periférica metropolitana.

Lencioni, em sua tese de doutorado, aponta que o processo de desconcentração industrial da indústria têxtil da metrópole se dá com a mudança dos setores de unidade de produção, permanecendo na metrópole os escritórios. Para a autora, o controle direto e centralizado do processo de valorização do capital se manifesta, confirmando a primazia da capital.

"Na capital a administração comercial, os contatos com outras empresas e com órgãos financeiros e políticos encontram condições de fluir mais facilmente devido à concentração das instituições governamentais, financeiras, empresariais e de pesquisa e, ainda, devido à concentração da rede de comunicações e serviços. Por isso é que no caso das empresas multinacionais e também das nacionais, voltadas para a exportação, em que a rede de vínculos incorpora vários países, a administração superior da empresa tende a localizar-se na capital. Trata-se, neste caso, de um processo de centralização do capital que se vincula à dispersão espacial: de certa maneira amplia-se o espaço metropolitano, mas reitera-se a primazia" (1992, p.250).

Citamos o comportamento da indústria têxtil por ser bastante significativo do movimento de desconcentração, uma vez que a maioria dos estabelecimentos industriais do gênero se encontra no interior do Estado de São Paulo.

Não resta a menor dúvida de que a metrópole está congestionada e superedificada, produzindo as deseconomias de aglomeração, mas está longe de perder seu significado político e o econômico, pois o processo industrial muda de caráter com o aumento das indústrias dinâmicas e de computadores, por exemplo, sem todavia deixar de ser um processo concentrado no espaço.

Nesse sentido, em que pese o processo de desconcentração industrial, é preciso levar em conta que a indústria de transformação, na metrópole, se diversificou e se modernizou. Além do que esse processo aponta para uma nova divisão espacial do trabalho. Santos salienta o fato de que o processo de dispersão se dá dialeticamente àquele da concentração, e que a metrópole continua tendo um papel di-

retor na dinâmica espacial brasileira devido à concentração, na metrópole, das atividades quaternárias.

“...o grande centro de decisão, a grande fábrica de idéias que se transformam em informações e mensagens, das quais uma parte considerável são ordens. É, aliás, pelo fato de haver conquistado a posição de capital industrial que São Paulo foi capaz de se tornar uma metrópole informacional, acumulando, em períodos consecutivos, um papel metropolitano crescente” (1994, p.40).

O processo de desconcentração das atividades econômicas de São Paulo em direção, principalmente, para o interior, provocou uma mudança do caráter e da estrutura urbana da Região Metropolitana de São Paulo, que passou a concentrar nacionalmente as atividades terciárias, diversificando-as e mudando suas características, sofisticando-as. No setor de serviços, os dados apontam para o seguinte comportamento: no período 1980-1985 os estabelecimentos voltados à prestação de serviços aumentaram na metrópole em 1,87%, enquanto o pessoal ocupado aumentou em 4,73%.

É preciso também salientar que uma parcela importante do sistema financeiro do País se concentra na metrópole, que funciona como um elemento poderoso de integração da economia regional às economias nacional e mundial. A metrópole concentra uma importante fatia do setor financeiro, isto é, em 1991 a metrópole concentrava 71,4 % de todas as agências bancárias da região metropolitana, isto é, 1755 das 2300 agências. Ainda 71 sedes bancárias e instituições financeiras, 438 sedes de sociedade de crédito, 65% dos bancos com representação no Brasil, além das bolsas de Valores, de Mercadorias e Futuros, Cereais, sediadas na região. O setor financeiro avança na região, aumentando seu peso no PIB que passa de 7,4% em 1970 para 11,3% em 1980 e 17,5% em 1985.

O Comportamento Regional da Divisão Espacial do Trabalho

A realocação da indústria em direção ao interior do Estado de São Paulo foi acompa-

nhada de grandes modificações no que se refere aos tipos de gêneros industriais implantados, o que aproxima, qualitativamente, a estrutura industrial do interior da indústria metropolitana, ampliando a participação relativa dos setores mais complexos da produção de bens intermediários, bens de capital e bens de consumo duráveis.

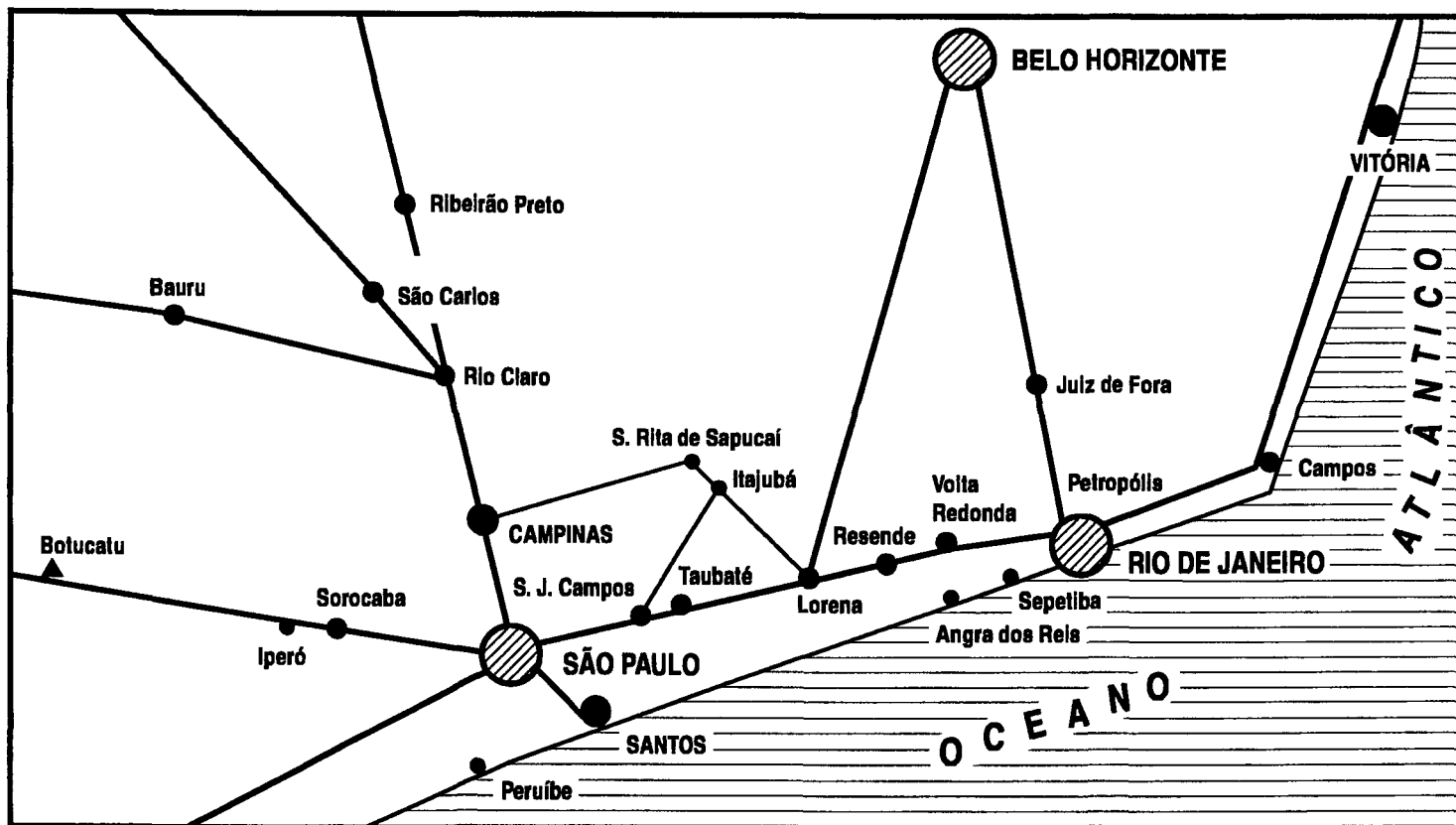
A realocação espacial da indústria no Estado de São Paulo apresenta três eixos de crescimento, produzindo espacialmente uma hierarquia de lugares, cujo ponto de comando ainda é a metrópole paulista. Seguindo tendências do processo industrial moderno, há uma concentração inquestionável de novas tecnologias no espaço. O novo modelo de acumulação, baseado na utilização intensiva de tecnologia, em equipamentos de última geração, possibilita a produção flexível apoiada amplamente no desenvolvimento científico que redefine as relações espaço/indústria, produzindo o que muitos autores denominam pólos tecnológicos. Para Droulers, eles se definem como

“rede regional de competências científicas e técnicas que se colocam coletivamente ao serviço da indústria e que aparecem como forma privilegiada de implantação dos estabelecimentos de pesquisa e de tecnologia avançada, devendo engendrar um efeito de integração” (1989, p.4).

São cidades que congregam centros de pesquisa de ponta, indústrias inovadoras e formas superiores que ultrapassam a concentração urbana, e seu mais importante fator de desenvolvimento é a existência de recursos humanos. Essa tendência produz uma nova divisão espacial do trabalho e das atividades.

Constituem-se no Estado de São Paulo, a partir dos anos 70, pólos tecnológicos como o de Campinas (telecomunicações), São Carlos (física de ponta, técnicas de *laser*, ligas para aplicação eletrônica), São José dos Campos (aeronáutica) e Piracicaba, além, é claro, da metrópole paulista. Apóiam-se no triângulo fundamental de todos os tecnopólos: centros de pesquisa de ponta, indústrias inovadoras, formação superior. Convém assinalar que o desenvolvimento dos pólos tecnológicos se dá numa área próxima à metrópole (Figura 4).

FIGURA 4
LOCALIZAÇÕES DOS CENTROS DE PESQUISA E DA INDÚSTRIA DE PONTA DO SUDESTE DO BRASIL



Planis-JUST/76

FONTE - In: Droulers, M. *Les nouvelles technologies et leurs espaces au Brésil.*

A região mais importante que aparece, hoje, no estado como aquela de maior dinamismo, dobrando na última década o número de indústrias e abrigando, atualmente, o terceiro parque industrial do País (depois das Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro), diz respeito ao núcleo de Campinas - que se estende a partir de Campinas (cidade com mais de um milhão de habitantes), englobando Jundiá, Limeira, Rio Claro, Araraquara. É o chamado "vale da tecnologia". Aí a indústria de grande porte está associada à capacitação tecnológica, empresas com uso intensivo de tecnologia e alto grau de automação. Aí se concentram as indústrias de robótica, informática, telemática. Convém destacar a localização da IBM no Município de Sumaré.

O segundo eixo de crescimento se localiza ao norte da região de Campinas, englobando a região de Ribeirão Preto, estendendo-se por Barretos, São João da Barra, São José do Rio Preto e Lins. Esta região está voltada para agroindústria de exportação, como o caso da laranja, café, carne, subprodutos da soja e cana.

A terceira região que se destaca nesse processo de desconcentração da atividade industrial é Sorocaba, a noroeste da metrópole, distante dela 87 km. De Sorocaba, estende-se uma área que engloba os Municípios de Botucatu, Avaré, Ourinhos e Assis, e está voltada à produção de bens intermediários nos segmentos metalúrgico, siderúrgico, mecânico, papel, têxtil e madeira.

Apesar de estar passando por uma crise nesse início de década vale mencionar a região de São José dos Campos, a 97 km da capital, um pólo tecnológico que se resente da quebra das indústrias bélicas - Engesa e Avibras - onde o número de empregos na área metalúrgica decresceu de 52 375 para 37 498 em 1991, e a indústria instalada vem trabalhando com apenas 70% de sua capacidade, segundo dados do SEADE. Todavia, a região não diminuiu sua participação na geração de valor adicionado na indústria, conforme indicam os números da Tabela 6.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO
TOTAL E DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS
SÃO PAULO - 1970/1988

SÃO PAULO E REGIÕES ADMINISTRATIVAS	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (%)			
	1970	1975	1985	1988
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Grande São Paulo	67,4	65,9	52,4	49,6
Interior	32,6	34,1	47,6	50,4
Campinas	10,2	11,1	16,0	17,0
Ribeirão Preto	4,6	4,2	7,8	7,2
São José dos Campos	3,2	4,6	5,3	5,2
Sorocaba	2,8	2,7	4,9	5,0
Santos	3,4	4,5	3,9	4,5
Bauru	1,6	1,4	2,3	1,9
São José do Rio Preto	1,8	1,6	1,9	1,7
Marília	1,6	1,3	2,0	1,5
Araçatuba	1,4	1,1	1,2	1,0
Presidente Prudente	1,8	1,4	1,4	1,0
Registro	0,2	0,2	0,2	0,3
Pendências judiciais	-	-	0,7	4,1

FONTE - Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, In: A Economia Paulista na Década de 80, Fundação SEADE, São Paulo, 1990.

A partir desta tabela, pode-se observar, em primeiro lugar, o grande aumento da participação do interior do estado na geração de riqueza (através da indústria), que passa de 32,6 % em 1970 para 50,4% em 1988, bem como o comportamento das regiões do interior em face do processo de desconcentração industrial da metrópole. Ainda convém acrescentar a cidade de Santos, no litoral paulista (que se conurba com a metrópole).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto tentou mostrar de forma resumida a trajetória de um século de industrialização

no Estado de São Paulo, um processo que se deu de forma rápida e que, se de um lado trouxe o desenvolvimento da região, de outro criou sérios problemas, pois não se pode esquecer que ele se iniciou já como poupador de mão-de-obra, porque imposto de fora para dentro. O processo de industrialização, por sua vez - como já apontamos - trouxe uma profunda transformação no espaço urbano, que a partir daí sofre as conseqüências do processo industrial. Crescem as cidades e outras ganham expressão.

Para entender o processo de desconcentração da indústria da Região Metropolitana de São Paulo e as transformações espaciais ocorridas neste final de século, não basta o apelo para as novas formas que a acumulação capitalista assume, hoje, no mundo moderno: é fundamental pensar no papel do Estado, cuja presença é clara no processo de desconcentração industrial que ocorre hoje no Estado de São Paulo através das instituições consagradas à gestão que impõe uma racionalidade ao espaço, direcionando a divisão espacial do trabalho, pois o espaço é entendido como o *locus* sobre o qual se estabelecem as bases para o crescimento. Isto significa que o processo de reprodução do capital se dá no espaço, criando uma solidariedade de lugares interligados, formando uma rede articulada de pontos.

Em 1974, por exemplo, o II Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Federal definia como prioridade de estratégia de desenvolvimento urbano a desconcentração de atividades econômicas do Sudeste do País com ênfase à desconcentração específica da Região Metropolitana de São Paulo. O governo estadual passou, por sua vez, a concretizar essa estratégia com várias políticas que visavam à interiorização das atividades econômicas, principalmente através da realocação da indústria. A política do governo de incentivo e subsídios à exportação de produtos manufaturados, a consolidação do programa PROÁLCOOL, por exemplo, dinamizaram a agroindústria do interior. Os pesados investimentos em infra-estrutura, o plano rodoviário que pavimentou 5 000 km de estradas direcionaram espacialmente a indústria.

A instalação de vários centros de pesquisa é responsável pela instalação do setor eletroeletrônico e de informática em Campinas. A política restritiva de ordem ambiental incentiva as indústrias a deixar a região metropolitana.

A diferenciação entre os lugares aparece como produto da espacialização e da divisão social do trabalho, em que as áreas participam de modo diferenciado da reprodução do sistema. Daí, o sentido da planificação, que muda sensivelmente os atributos do lugar, logo, das situações. As análises referentes às transformações espaciais devem levar em conta as novas tendências presentes no processo de reprodução social que tem levado a uma nova redistribuição das atividades e, com isso, mudando estruturas urbanas regionais e nacionais principalmente a partir da intervenção do Estado. Todavia,

"o processo industrial é espacialmente concentrado e descontínuo. A acumulação e a reprodução ampliada pressupõem certo grau de complexidade e divisão do trabalho, a aglomeração dos meios de trabalho, da matéria-prima, do trabalhador dos bancos, do comércio, das estradas. Entretanto, o urbano não é uma conseqüência mecânica desse processo; mais que a condição geral, é também modo de vida; representa valores culturais e produz um novo homem - com aspirações que se renovam e valores que se redefinem na relação com o outro" (Carlos, 1994, p. 132).

Convém pensar ainda que o

"capitalismo, ao realizar-se, se modifica. O estágio monopolista na escala nacional perdeu o sentido; as crises suscitam, de um lado, modalidades originais de controle e gestão que se realizam no plano do estado e, de outro, consolidam sua universalização" (Carlos, 1994, p.262).

Nesse sentido, é preciso levar em conta que os processos de transformação espacial que ocorrem hoje, no Estado de São Paulo, apontam tendências recentes que se dão no mundo moderno, pois os mecanismos espaciais repousam na justaposição entre o local, o regional e o nacional e, nesse sentido, o espaço inteiro torna-se o lugar da reprodução, que se realiza tendo como pano de fundo o mundial e a constituição da sociedade urbana.

BIBLIOGRAFIA

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 1993. Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, 1993.
- AZEVEDO, Aroldo (Org.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1958. v. 3.
- AZZONI, C. R. A lógica da dispersão da indústria no estado de São Paulo. *Estudos Econômicos [da] FIFE*, São Paulo, n. 16, 1986.
- ATLAS da população do estado de São Paulo. São Paulo: Governo do estado de São Paulo, 1991.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. (Coord.). *A política de desenvolvimento urbano do estado de São Paulo: síntese e subsídios para a gestão urbana integrada*. São Paulo: Universidade de Campinas, Instituto de Economia, Núcleo Interno de Economia Social, Urbana e Regional, 1992.
- CARLOS, A. F. A. *A reprodução do espaço urbano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.
- _____. *A guerra dos lugares*. No prelo.
- DROULERS, M. *Les nouvelles technologies et leurs espaces au Brésil*. Paris, 1989. (Document de Recherche du CREDAL, n. 204).
- A ECONOMIA paulista na década de 80. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, 1990.
- EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO. *Plano Metropolitano da Grande São Paulo: 1993/2010*. São Paulo, 1994.
- _____. *Sumário de dados da Grande São Paulo 1992*. São Paulo, 1993.
- GOLDENSTEIN, L., SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia [da] Universidade de São Paulo*, São Paulo, p. 21-47, 1982.
- GRUPO DA GEOGRAFIA DAS INDÚSTRIAS. Estudos para a Geografia da Indústria no Brasil Sudeste. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 25, n. 2, p. 155-271, abr./jun. 1963.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- JAGUARIBE, Hélio et al. *Brasil: reforma ou caos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- LEFÉBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península, 1978.
- LENCIONI, S. *Reestruturação urbano - industrial: centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1991.
- LLORENS, F. A., MATTOS, C. A., FUCHS, R. J. *Revolución tecnológica y reestructuración productiva: impactos y desafíos territoriales*. Buenos Aires: Latinoamericano, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*. São Paulo: HUCITEC, 1973.
- PINTAUDI, S. M. *O templo da mercadoria: estudo sobre os shopping-centers do estado de São Paulo*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado). Ed. da autora.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira: Universidade de São Paulo, 1968.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- _____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC:EDUC, 1994.
- SÃO PAULO em temas (atlas). São Paulo: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1990.
- SÃO PAULO: 110 anos de industrialização 1880/1990. *Revista Isto é/Senhor*, São Paulo, 1992.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1974.
- TARTAGLIA, J. C., OLIVEIRA, O. L. *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo: EDUNESP, 1988.

RESUMO

O texto faz um breve esboço do processo de industrialização no Estado de São Paulo, bem como sobre o ritmo de seu desenvolvimento e mudanças recentes. Tal processo nos leva a pensar na produção do espaço como condição de existência de nossa sociedade. É importante destacar que a industrialização no Estado de São Paulo não pode ser analisada separadamente, mas dentro do processo de industrialização no Brasil, dando um novo sentido para o espaço urbano. Procuramos abordar os diferentes momentos desse processo, dando um maior destaque aos anos 1980 e 1990. Nesse momento o fenômeno da expansão industrial - que era apenas uma tendência nos anos de 1970 - se consolidou da metrópole para o interior e estados limítrofes, como resultado das mudanças no processo de produção e de políticas de planificação, que criaram leis de zoneamento industrial e conduziram o investimento com base em diferentes posturas.

ABSTRACT

On the text that follows we developed a brief draft on the industrialization process in the State of São Paulo as well as its development rhythm and recent changes. Such a process leads us to think about the space production as existence condition of our society. Its important to point out that industrialization in the State of São Paulo may not be separately analysed but rather within the Brazilian industrialization process, giving a new sense to urban space. We tried to approach the steps of this process putting great emphasis to the 80' and 90'. At that time the phenomenon of industry spread - witch was just a trend in the 70' - have consolidated from the metropolis to the countryside and bordering states as a result of changes in the production process and of planning policies that create industrial zoning laws and conduct the investment based in several attitudes.